

Saberes ancestrais e práticas sustentáveis: a produção cultural do povo Suruí na Amazônia brasileira¹

Ancestral knowledge and sustainable practices: the cultural production of the Suruí people in the Brazilian Amazon

Conocimientos ancestrales y prácticas sostenibles: la producción cultural del pueblo Suruí en la Amazonía brasileña

DOI: 10.54901/educa.v9-259

Oyagui Maycon Suruí²
Suzenir Aguiar da Silva³
Reginaldo Conceição da Silva⁴
Simone Marçal Quintino⁵
Nilza Duarte Aleixo de Oliveira⁶
Sérgio Nunes de Jesus⁷

RESUMO: O presente texto analisa os saberes ancestrais e as práticas sustentáveis do povo *Paiter Suruí* na Amazônia brasileira, com ênfase na comunidade *Gap Ey*, localizada na Terra Indígena Sete de Setembro, em Rondônia. A pesquisa evidencia que os conhecimentos tradicionais indígenas constituem sistemas complexos de gestão territorial, conservação ambiental e fortalecimento cultural, articulando produção agrícola, identidade coletiva e proteção da biodiversidade. A partir de abordagem qualitativa, observou-se que, o manejo agroflorestal desenvolvido pelos Suruí integra cultivos tradicionais, como mandioca, milho e cará, à produção sustentável de café, banana e cacau, promovendo geração de renda sem comprometer a integridade da floresta. O estudo demonstra que a produção cultural Suruí, expressa em rituais, grafismos, oralidade e práticas agrícolas, atua como instrumento de resistência política, social e ambiental frente às pressões do agronegócio e do desmatamento. Além disso, destaca-se que, a transmissão intergeracional dos saberes fortalece a autonomia comunitária e contribui diretamente para a manutenção dos ecossistemas amazônicos. Assim

¹Trabalho desenvolvido a partir do apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no Edital Nº 004/2026/PROPESQ/UNIR - APOIO À PRODUÇÃO QUALIFICADA NA PÓS-GRADUAÇÃO (2026). Com a colaboração dos grupos de pesquisas: 1.

Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA/DGP-CNPq-IFRO); 2. Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais (DGP-CNPq-UEA); 3. Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento Regional (DGP/GPGDR-CNPq-UNIR); bem como das parcerias do Mestrado em Gestão de Agronegócios e Sustentabilidade (PPGAgro-UNIR), *campus* Cacoal; Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA); Mestrado Profissional em Processos e Tecnologias Educacionais em Rede Nacional (ProfEDUCATEC-UEA) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-IFRO, *campus* Cacoal).

² Mestrando em Agronomia, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: oyaguipaiter@gmail.com

³ Doutora em Administração, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: suzi@unir.br

⁴ Doutor em Geografia, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Tabatinga, Amazonas, Brasil. E-mail: resilva@uea.edu.br

⁵ Doutora em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: simone.marcal@unir.br

⁶ Doutora em Administração, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: nilza@unir.br

⁷ Doutor em Ciências da Linguagem, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: sergio.nunes@ifro.edu.br

sendo, consideramos que, os saberes ancestrais do povo Suruí representam modelo sustentável de desenvolvimento, capaz de integrar conservação ambiental, valorização cultural e soberania territorial na Amazônia contemporânea.

Palavras-chave: agrofloresta; povo Paiter Suruí; saberes ancestrais; sustentabilidade amazônica; identidade cultural.

1 INTRODUÇÃO

A Região Amazônica é considerada como um dos ecossistemas biodiversos do planeta, pois funciona como pilar essencial para o equilíbrio climático global. Para além da exuberância biológica, a região abriga a sociobiodiversidade composta por povos indígenas, cujos saberes tradicionais são fundamentais para a conservação da natureza. No entanto, o cenário contemporâneo é marcado por tensões como a expansão da fronteira agrícola e a exploração de recursos naturais, que ameaçam não apenas a integridade das florestas, mas a própria existência física e a identidade cultural das comunidades originárias.

Nesse contexto de vulnerabilidade ambiental, emerge a necessidade de modelos de desenvolvimento que respeitem a floresta em pé. O povo Paiter Suruí, autodenominado ‘Gente de Verdade’, demonstra que a agricultura sustentável e a produção cultural são caminhos viáveis para a resistência. Localizados na Terra Indígena Sete de Setembro, com área de 248.146,9286 hectares que abrange os municípios de Cacoal-RO, Espigão D’Oeste-RO e Rondolândia-MT, os Paiter preservam a organização social milenar, fundamentada no tronco linguístico Tupi e na família Mondé, estruturada em quatro clãs: Kabãn, Gapgir, Gameh e Makor.

Sendo assim, o foco desse estudo reside na Comunidade Gap Ey, situada na Linha 14 do território. Organizada em torno de 16 famílias, a comunidade Gap Ey personifica a transição consciente para a economia que alia da tradição à inovação. Se por um lado a subsistência ainda se ancora em cultivos tradicionais como o milho, o cará e a mandioca, por outro, a produção de café, banana e cacau consolidou-se como principal fonte de renda e autonomia econômica. Essa organização é fortalecida pela atuação da Associação Gap Ey, que coordena os trabalhos comunitários e busca garantir que o progresso econômico não se sobreponha aos valores ancestrais.

O problema que norteia a pesquisa, investiga como os saberes e as práticas da comunidade Gap Ey podem oferecer respostas aos desafios da agricultura sustentável na Amazônia. A justificativa para a análise, pauta-se na urgência de valorizar tecnologias

indígenas que recuperam solos e protegem a biodiversidade, combatendo-se a lógica da monocultura que domina o entorno da TI Sete de Setembro. O objetivo geral desse artigo é descrever e analisar o modelo de gestão territorial e produtiva da comunidade Gap Ey, destacando-se o papel da associação e do trabalho comunitário na preservação do modo de vida Paiter.

Por meio da abordagem qualitativa, o trabalho busca dar voz aos anciãos e trabalhadores da roça, compreendendo-se que, a ‘Gente de Verdade’ não apenas habita a floresta, mas a constrói e protege a partir de cada pé de café plantado e de cada tradição mantida.

Desta feita, a presente pesquisa busca compreender os saberes ancestrais e as práticas tradicionais do povo *Paiter Suruí* como elementos fundamentais para a construção de modelos sustentáveis de agricultura e fortalecimento da produção cultural na Amazônia brasileira. Nesse contexto, os conhecimentos transmitidos entre gerações revelam formas próprias de organização social, manejo da terra e relação equilibrada com a natureza, evidenciando que a sustentabilidade já faz parte da dinâmica cultural indígena muito antes das discussões contemporâneas sobre preservação ambiental.

A investigação propõe análise dessas práticas tradicionais e como contribuem para a conservação da biodiversidade amazônica, valorizando os sistemas agrícolas indígenas, os rituais culturais, a oralidade e os modos de vida que fortalecem a identidade coletiva do povo Suruí dentro do território amazônico.

Além disso, aponta e, ao mesmo tempo, destaca a importância da documentação e valorização desses conhecimentos tradicionais como instrumentos de resistência cultural e de promoção do desenvolvimento sustentável; pois reconhece a relevância das práticas agrícolas e culturais do povo Suruí, isso posto, na busca do debate sobre a necessidade de integração dos saberes indígenas às políticas públicas voltadas à preservação ambiental, à educação intercultural e ao desenvolvimento regional sustentável. Dessa forma, o estudo reafirma que, os povos originários desempenham papel essencial na proteção da floresta amazônica e na construção de alternativas sustentáveis que conciliam conservação ambiental, diversidade cultural e fortalecimento das comunidades tradicionais na Amazônia brasileira.

2 SABERES TRADICIONAIS E PRODUÇÃO CULTURAL

Os saberes e práticas tradicionais indígenas na Região Amazônica, representam vasto e sofisticado acervo de conhecimentos acumulados ao longo de milênios. Para o povo Paiter Suruí, esses conhecimentos não são meros dados técnicos, mas herança viva que integra a

cosmovisão do grupo com o ecossistema. A produção cultural Suruí, está intrinsecamente ligada a essa sabedoria, que dita o ritmo da vida na floresta e a forma como a comunidade se organiza socialmente. De acordo com Posey (1999, p. 12), “Os saberes tradicionais não são apenas um conjunto de informações, mas um sistema complexo de valores espirituais e culturais que orientam a relação entre o homem e a natureza”.

A importância de esses saberes para a produção cultural, reside na capacidade de transformar recursos naturais em símbolos de identidade e resistência. A confecção de cestarias, arcos e adornos não serve apenas a propósitos utilitários, mas carrega a narrativa histórica do povo. Nesse sentido, Muniz *et al.* (2025) reforça que a conservação da biodiversidade na Amazônia é indissociável da valorização desses saberes tradicionais, pois a cultura material indígena reflete a gestão ecológica. Essa ciência é o pilar que sustenta a produção material Paiter, conectando-se o fazer artístico ao manejo do bioma.

A transmissão desses conhecimentos ocorre de forma oral e prática, onde os anciãos ocupam o papel de guardiões da memória coletiva. É no cotidiano da aldeia que os jovens aprendem a interpretar os sinais da floresta, garantindo-se que, a cultura não se torne estática. Como destaca Matareilá (2010), a agricultura indígena na Amazônia é a prática que une o saber técnico ao sagrado, onde cada semente plantada possui significado que transcende a subsistência. Essa relação pedagógica é o que sustenta a estrutura social do povo Suruí há gerações.

Abaixo, segue tabela que sintetiza a relação entre os elementos naturais e a transformação em capital cultural e simbólico, pois serve como guia para entender a materialidade Paiter.

Tabela 1: Integração entre natureza e produção cultural.

Recurso Natural	Uso Tradicional	Significado Cultural/Simbólico
Palha de Tucumã	Cestaria e Redes	Organização do espaço doméstico e social.
Urucum e Jenipapo	Pintura Corporal	Proteção espiritual e distinção de clãs.
Penas de Aves	Arte Plumária	Hierarquia ritual e conexão com o mundo aéreo.
Madeira de Arueira	Arcos e Utensílios	Sobrevivência e defesa territorial.

Fonte: Elaborada pelos autores (2026), baseada em Posey (1999); Muniz *et al.* (2025); Matareilá (2010).

O parágrafo acima destaca a importância da estética indígena, enquanto a tabela exemplifica como os recursos brutos são imbuídos de valor. Essa relação visual e espiritual com o meio ambiente, é o que define a identidade Suruí perante o mundo contemporâneo. A produção cultural, portanto, atua como mecanismo de proteção territorial, pois o povo que

mantém a cultura viva, mantém também o domínio sobre os modos de vida tradicionais, conforme preconiza o Decreto nº 6.040/2007.

Imagem 1: Expressão cultural e grafismo suruí.



Fonte: LinkedIn (2026).

Disponível em: <<https://www.linkedin.com/posts/pnudbrasil-florestamaisamazonia-retratosamazonicos-share-7315423695844343809-DsBf/>>.

Acesso em: 1 mai. 2026.

A imagem 1 exemplifica como a expressão cultural enfatiza o uso dos recursos naturais, servindo-se de elo visual para a compreensão da cosmologia Paiter. Além da cultura material, os rituais e cantos formam a dimensão imaterial que sustenta a estrutura social. Para os Suruí, a música e a dança são ferramentas de conexão com os espíritos da floresta, que são os verdadeiros donos dos recursos. De acordo com Posey (1999), a preservação da biodiversidade nas comunidades tradicionais está diretamente relacionada às práticas culturais e espirituais que regulam o uso dos recursos naturais, uma vez que os rituais e conhecimentos ancestrais promovem o respeito aos ciclos de renovação da vida e favorecem o equilíbrio ecológico.

Portanto, a relação entre produção cultural e identidade é simbiótica e circular, pois ao produzir cultura, o Suruí reafirma a existência como Paiter. Essa afirmação é vital no contexto de pressão externa, onde a valorização da identidade indígena serve como barreira contra o desmatamento e o avanço da fronteira agrícola. Assim, a preservação da biodiversidade na Amazônia, depende diretamente da continuidade dessas práticas culturais, pois ensinam que o homem e a floresta são unidade indissociável e sagrada.

Em consonância, os anciãos desempenham papel pedagógico central, pois detêm os segredos da mata e as técnicas de manejo que não degradam o solo. Sem essa hierarquia de

saberes, a produção cultural seria esvaziada do sentido ecológico. Como descreve Matareilá (2010), o conhecimento indígena é holístico; não se separa o ato de plantar do ato de celebrar a vida. Essa visão integrada é o que permite ao povo Suruí manter a floresta em pé, enquanto produz beleza e sentido.

A modernidade traz desafios, mas o povo Suruí utiliza a tecnologia para fortalecer a tradição. Dessa forma, o uso de monitoramento e registros digitais, é a extensão contemporânea do saber tradicional, conforme apontado pelo IPÊ (2024). Essa adaptação mostra que a produção cultural não é algo do passado, mas ferramenta presente de gestão territorial ativa. Além disso, a cultura é o que dá sentido ao desenvolvimento, impedindo-se que, se torne mera exploração comercial de recursos.

Consequentemente, entende-se que o fortalecimento da cultura Suruí é o passo essencial para o desenvolvimento sustentável. Quando os jovens aprendem a fazer a roça e o artesanato com os mais velhos, recebem o plano de gestão ambiental prático. Como asseveram Muniz *et al.* (2025), o futuro da Amazônia depende de sistemas que integrem o conhecimento acadêmico à sabedoria ancestral, visto que, a sobrevivência cultural do povo Paiter é a garantia da sobrevivência biológica do território.

3 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E MANEJO AGROFLORESTAL

O sistema agroflorestal (SAF), utilizado pela comunidade Paiter Suruí é exemplo de tecnologia ancestral aplicada à conservação contemporânea. Diferente da agricultura de monocultivo, os Suruí utilizam sistema diversificado que imita a estrutura e a dinâmica da própria floresta amazônica. O calendário agrícola tradicional é rigorosamente respeitado, baseando-se na observação milenar dos astros e dos ciclos fenológicos. Conforme relata Matareilá (2010), a agricultura indígena amazônica não agride o solo; o enriquece por meio de consórcios que respeitam a sucessão ecológica natural, permitindo-se a produção contínua sem a necessidade de expansão predatória sobre a mata virgem.

A cerca desses conhecimentos e a forma como a espiritualidade coordena a prática agrícola, Posey (1999, p. 12) destaca a complexidade desse sistema:

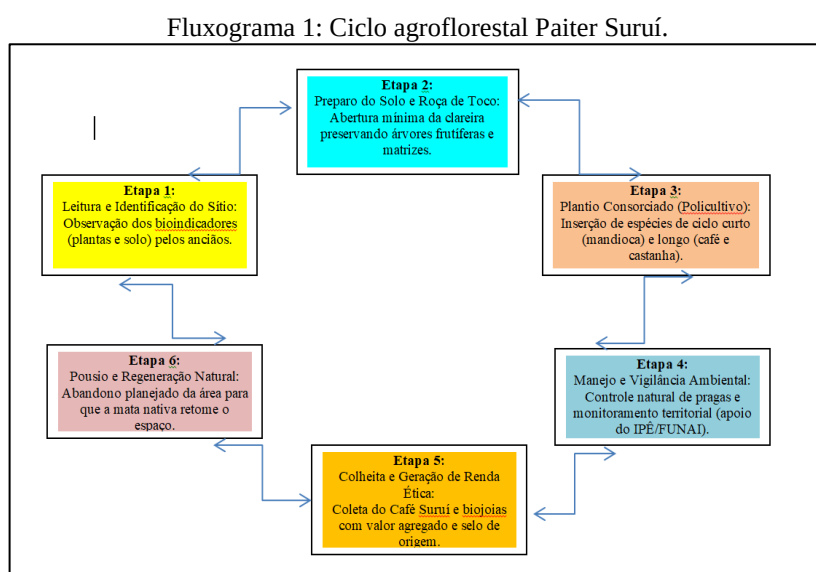
A agricultura Paiter fundamenta-se na policultura, onde café, banana, mandioca e essências florestais coexistem no mesmo espaço geográfico. Essa prática garante não apenas a segurança alimentar da aldeia, mas também a saúde do ecossistema ao evitar o uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos.

De acordo com o SEBRAE (2025), o Café Suruí tornou-se exemplo mundial de como a produção de alta qualidade pode estar aliada à conservação, unindo-se a sabedoria dos antigos com as demandas do mercado sustentável. O sucesso comercial desse grão, prova que a sustentabilidade é financeiramente viável quando fundamentada em saberes tradicionais.

Assim sendo, a contribuição dessa agricultura para a biodiversidade é incomensurável, pois o manejo agroflorestal mantém corredores ecológicos ativos para a fauna local e protege a microbiota do solo. O povo Suruí compreende que a terra exige períodos de descanso e regeneração, prática que o Censo Agropecuário do IBGE (2023), identifica como vital para mitigar a degradação em biomas tropicais. A importância dessa integração entre a prática de cultivo e a preservação ambiental é detalhada por Muniz *et al.* (2025, p. 5):

Os saberes tradicionais representam um patrimônio imaterial indispensável para as estratégias de conservação na Amazônia. O reconhecimento dessas práticas nas políticas públicas é fundamental para garantir que o desenvolvimento econômico da região não ocorra à custa da destruição dos modos de vida que historicamente protegeram o bioma.

Para garantir a fluidez entre a fundamentação teórica e a aplicação prática desses conceitos, é necessário compreender como essas orientações abstratas se materializam no cotidiano da aldeia. A transição do pensamento cosmológico para a ação no solo, exige a organização metódica que os Paiter Suruí executam com precisão técnica. Assim, a sistematização dos saberes mencionados pelos autores se traduz no encadeamento de etapas operacionais que garantem a eficiência do sistema, conforme demonstrado no esquema a seguir, que ilustra o passo a passo da produção agroflorestal indígena.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O fluxograma 1 demonstra como a intervenção humana protege o solo da erosão tropical, enquanto o parágrafo a seguir explica a importância dessa técnica para a autonomia da comunidade. A comercialização de excedentes, como o café e a castanha, mostra que é possível integrar o mercado sem sacrificar a biodiversidade local. O manejo agroflorestal torna-se, assim, ferramenta de soberania alimentar e estratégia de resistência econômica, frente ao avanço do agronegócio convencional que circunda as terras demarcadas.

Imagem 2: Produção de café sustentável e manejo Paiter Suruí.



Fonte: FUNAI (2024).

Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/cafe-paiter-surui-producao-indigena-com-apoio-da-funai-traz-beneficios-sociais-ambientais-e-economicos>>.

Acesso em: 1 mai. 2026.

A imagem retrata o cultivo sob a sombra das árvores nativas, servindo-se de elo para explicar como a cobertura florestal protege as plantas sensíveis do sol escaldante da Amazônia. A importância do manejo para a produção cultural reside no fato de que as plantas cultivadas possuem funções que vão além da nutrição, atingindo-se dimensões rituais e medicinais. Segundo Posey (1999), a agricultura para os povos indígenas é ato espiritual de reciprocidade com os seres da floresta; assim, o roçado não é apenas espaço de trabalho, mas local de transmissão de mitos e reforço da identidade Paiter.

O conhecimento passado oralmente sobre a fertilidade do solo, dispensa a dependência de insumos químicos externos, fortalecendo-se a autonomia técnica indígena. Essa independência é o que permite ao povo Paiter resistir às pressões econômicas externas que tentam converter a floresta em pastagem ou monocultura de soja. Os anciãos ensinam que a floresta é generosa com quem sabe esperar o tempo de cada fruto, lição de paciência que desafia

a lógica do lucro imediato, conforme destacado pelo IPÊ (2024), nos projetos de monitoramento.

A integração de técnicas tradicionais com o monitoramento científico moderno, permite que os Suruí realizem a gestão do território com precisão técnica inédita. Esse modelo híbrido atrai a atenção de pesquisadores globais interessados em soluções baseadas na natureza para mitigar os efeitos da crise climática. O manejo agroflorestal é a ponte definitiva entre o passado ancestral e o futuro da humanidade, onde a produção de alimentos não significa o fim da vida selvagem, mas a manutenção estratégica e valorização econômica.

Nesse contexto, políticas públicas de sustentabilidade na Amazônia, devem aprender com esses modelos de sucesso que aliam ciência ocidental e tradição indígena de forma dialógica. O reconhecimento desses sistemas como fundamentais para o desenvolvimento regional, é o passo necessário para a proteção legal definitiva das comunidades tradicionais. Ao apoiar a agricultura Suruí, o Estado contribui diretamente para a meta de desmatamento zero e para a preservação de serviços ecossistêmicos vitais, conforme preconizado no Relatório da FUNAI (2022).

A valorização desses saberes, é também compromisso ético com as gerações futuras e com o cumprimento de tratados internacionais de proteção ao clima e à diversidade biológica. A implementação de projetos de ecoturismo e manejo sustentável, pode ampliar a geração de renda sem comprometer a integridade do bioma amazônico. Para o povo Suruí, cada árvore mantida em pé por meio da agrofloresta, é símbolo de resistência e orgulho da história milenar, frente aos desafios do mundo globalizado.

Dessa forma, o manejo agroflorestal Paiter Suruí, é a resposta prática e sofisticada aos dilemas do desenvolvimento moderno na Amazônia. Ao manter a floresta em pé, enquanto produz riqueza e alimento, os Suruí demonstram que a conservação é indissociável da presença e do protagonismo indígena. Sem o povo Paiter e os saberes, a integridade biológica da região estaria vulnerável, provando-se que, a identidade cultural é a maior aliada da ecologia.

Logo, a agricultura sustentável indígena é o modelo a ser seguido para a regeneração da floresta e para o bem-estar das populações locais. O fortalecimento dessas práticas a partir de políticas públicas específicas, garante que o conhecimento não se perca e que a biodiversidade continue a prosperar em equilíbrio. Assim, os Paiter Suruí não apenas cultivam alimentos para subsistência; cultivam o equilíbrio sistêmico da maior floresta tropical do mundo.

4 PRODUÇÃO CULTURAL E IDENTIDADE SURUÍ

A ligação entre a produção cultural e a identidade Paiter Suruí, é o que garante a sobrevivência do grupo como coletividade distinta no cenário de crescentes pressões externas. Para os Suruí, a cultura material - expressa nos adornos, tecelagens e grafismos - funciona como linguagem visual que comunica a história de resistência e a conexão espiritual com o território. Segundo Posey (1999), a perda da integridade cultural indígena, frequentemente precede a destruição biológica do bioma, pois é a identidade que fornece a motivação ontológica para proteger o meio ambiente contra a exploração predatória.

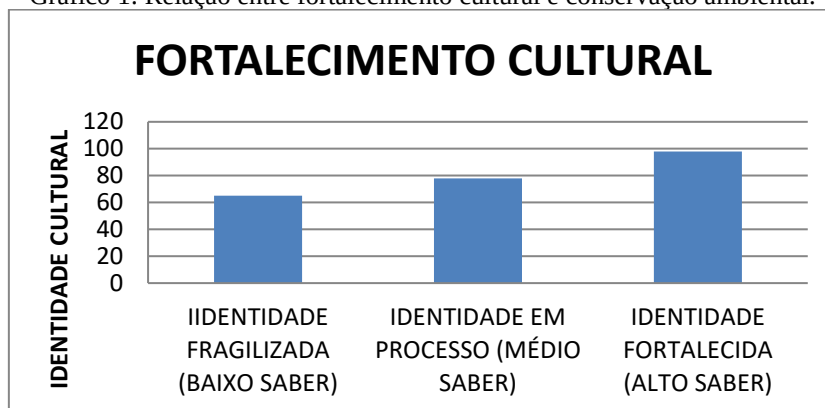
Nesse contexto, a proteção da biodiversidade e a promoção da cultura Suruí, são faces da mesma moeda no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ao preservar a floresta, o povo Paiter resguarda a matéria-prima da cosmologia, gerando-se benefícios sociais que transcendem a aldeia. A importância dessa autonomia e do direito de escolha sobre o próprio destino, é corroborada pela literatura acadêmica contemporânea, pois de acordo com Muniz *et al.* (2025, p. 14):

A valorização da cultura Suruí é crucial para fortalecer a identidade e promover a autonomia da comunidade, preservando suas tradições e conhecimentos para o futuro. Ao reconhecer e respeitar os saberes e práticas tradicionais do povo, estamos garantindo que eles tenham o direito na tomada de decisões informadas e responsáveis sobre seu próprio território e recursos naturais.

As práticas culturais estão ligadas ao manejo da floresta e à agricultura, formando-se o ciclo onde o fazer técnico é indissociável do sagrado. As festas da colheita e os rituais de plantio, são momentos em que a identidade é reafirmada por meio de cantos que narram a origem das sementes e a relação de parentesco com os seres da mata. A implementação de projetos de desenvolvimento sustentável, como o ecoturismo e a comercialização de produtos locais, surge como caminho promissor para integrar esses saberes à economia regional de forma ética.

Para compreender como a valorização cultural impacta diretamente na integridade do território, o gráfico abaixo correlaciona o fortalecimento da identidade com os índices de conservação ambiental, demonstrando-se que, a cultura é a barreira eficiente contra o desmatamento.

Gráfico 1: Relação entre fortalecimento cultural e conservação ambiental.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026), baseada em dados de IPÊ (2024) e Relatório FUNAI (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/Relatorio_Gestao_Funai_2022.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2026.

A análise do gráfico 1, evidencia que a conservação ambiental na Terra Indígena Sete de Setembro não é apenas questão de fiscalização policial, mas de vitalidade cultural. Os dados demonstram que, à medida que o povo Paiter Suruí fortalece os laços identitários e a transmissão de saberes ancestrais, a integridade da floresta atinge níveis próximos à totalidade (98%). Isso ocorre porque a identidade fortalecida, gera o que Posey (1999) denomina de consciência territorial, onde o indígena não vê a mata como mercadoria, mas como parte da própria existência social e espiritual. Portanto, o fortalecimento da cultura é a tecnologia de conservação mais eficiente e de menor custo para o Estado brasileiro.

O indicador visual apresentado, demonstra que o investimento na cultura não é gasto acessório, mas estratégia de segurança ambiental de longo prazo. O gráfico evidencia que terras indígenas com ritos e transmissões de saberes ativos possuem menores índices de invasão, pois a comunidade se sente empoderada para vigiar o patrimônio. Essa gestão, pautada na ancestralidade, é descrita formalmente nos documentos de governança da própria comunidade, de acordo com PGTA – Gap Ey (2007, p. 22):

A gestão do nosso território depende da força da nossa cultura. O etnozoneamento não é apenas um mapa de recursos, mas um plano de vida que separa as áreas de proteção espiritual das áreas de produção sustentável, garantindo que nossos filhos e netos conheçam a floresta como nós a conhecemos. Somente através da transmissão oral dos nossos mitos e das técnicas de manejo dos nossos antigos é que poderemos garantir a autonomia do povo Paiter frente às ameaças que cercam nossas fronteiras, unindo a produção de renda com o respeito sagrado à terra que nos sustenta.

A citação em questão, reforça que a autonomia da comunidade Suruí é fundamental para garantir que as gerações futuras possam continuar a viver de acordo com as tradições. Ao reconhecer e respeitar os saberes e práticas tradicionais do povo, garante-se o direito na tomada

de decisões informadas sobre o território. Isso permite que a comunidade mantenha o controle sobre a própria vida, preservando-se a riqueza cultural e ambiental da Amazônia.

A implementação de projetos que integrem saberes tradicionais, como o manejo sustentável de recursos naturais e a produção de produtos locais (café e biojoias), gera renda e emprego às comunidades. Ao mesmo tempo, essas iniciativas promovem a conservação da natureza e a valorização da cultura. O sucesso do Selo Indígena no mercado nacional e internacional, é o reflexo dessa autonomia conquistada, mostrando-se que, o protagonismo Paiter é a chave para o desenvolvimento sustentável.

A autonomia financeira conquistada por meio desses projetos, permite que a comunidade invista em saúde e educação, sem depender exclusivamente de auxílios externos. Essa independência política, garante que as tradições sejam preservadas de forma digna, respeitando-se o tempo e os protocolos de cada aldeia. Segundo o IPÊ (2024), a união entre tecnologia moderna (como drones de monitoramento) e o conhecimento milenar potencializa a proteção do bioma, criando-se a vigilância cultural altamente eficaz.

Assim, entende-se que a identidade Suruí é a base sobre a qual se constrói o plano de sustentabilidade viável na região. Sem o componente cultural, a conservação seria apenas o conjunto de regras técnicas frias, desprovidas da paixão e do dever espiritual que movem os povos originários. Ao proteger a cultura Paiter, protege-se o conhecimento acumulado por séculos, sobre como viver em harmonia com a biosfera, assegurando-se o futuro da Amazônia.

Além disso, a preservação da identidade cultural é o maior legado que o povo Paiter pode deixar para a humanidade. A partir da autonomia e dos saberes, ensinam que o desenvolvimento sustentável não é conceito abstrato, mas prática diária de respeito à Terra. Logo, garantir que as próximas gerações Suruí continuem a cantar as histórias sob a sombra da floresta, é o verdadeiro indicador de sucesso das políticas de desenvolvimento e conservação no século XXI.

5 SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

O modelo de sustentabilidade da agricultura Paiter Suruí, oferece lições para a reformulação das políticas de desenvolvimento na Amazônia brasileira. Diferente dos modelos de desenvolvimento convencionais, que frequentemente priorizam o lucro imediato em detrimento da saúde do bioma, a agricultura indígena fundamenta-se na estratégia milenar que alia produção alimentar à conservação. Como assevera Matareilá (2010), esse sistema diversificado que integra hortaliças, frutas e pequenos animais, respeita a fertilidade natural do

solo e os ciclos hidrológicos, dispensando-se o uso de insumos químicos que degradam a biodiversidade local.

O manejo agroflorestal indígena, representa a tecnologia social para a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Por conseguinte, a importância desse tema para a gestão pública, reside no fato de que a valorização desses saberes contribui diretamente para as metas nacionais de conservação. Sobre a necessidade de reconhecer esses sistemas dentro do aparato legal do Estado, Muniz *et al.* (2025, p. 8) destacam:

A valorização e o reconhecimento dos saberes e práticas tradicionais indígenas podem contribuir significativamente para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Ao contrário dos modelos convencionais, os sistemas agroflorestais indígenas promovem a heterogeneidade biológica, estabelecendo um novo paradigma para as políticas de conservação no século XXI.

Entretanto, manter essas práticas tradicionais, exige enfrentar desafios impostos por mudanças sociais, econômicas e ambientais aceleradas. A pressão das fronteiras agrícolas e o impacto das mudanças climáticas colocam em risco a eficácia do calendário agrícola ancestral. Para mitigar esses riscos, o Decreto nº 6.040/2007 estabelece que o Estado deva assegurar os direitos territoriais e culturais, respeitando-se as formas de organização desses povos para garantir a autonomia econômica e preservação ambiental.

A integração entre os saberes tradicionais e a ciência moderna é o caminho para criar políticas públicas eficazes e respeitadas. Ao utilizar tecnologias de monitoramento aliadas ao conhecimento empírico dos Suruí, é possível formular iniciativas de desenvolvimento que sejam verdadeiramente sustentáveis e equitativas. O Relatório da FUNAI (2022), reforça que o apoio institucional a projetos como o Café Suruí é a forma de garantir a segurança jurídica e alimentar das comunidades, combatendo-se a pobreza sem destruir a floresta.

Para organizar as prioridades de intervenção estatal e comunitária, a tabela a seguir resume as diretrizes estratégicas para o fortalecimento da sustentabilidade indígena.

Tabela 2: Diretrizes para políticas públicas e desenvolvimento sustentável.

Eixo de Ação	Descrição da Iniciativa	Objetivo Estratégico	Referência
Territorial	Fiscalização e proteção de fronteiras	Garantir a integridade do bioma	FUNAI (2022)
Econômico	Incentivo ao Manejo Agroflorestal	Geração de renda ética e limpa	SEBRAE (2025)
Socioambiental	Diálogo entre ciência e tradição	Adaptação às mudanças climáticas	Muniz <i>et al.</i> (2025)
Político	Implementação de protocolos de consulta	Garantir autonomia e soberania	Dec. nº 6.040/2007

Fonte: Elaborada pelos autores (2026), baseada na legislação e bibliografias citadas.

As diretrizes acima, demonstram que, a sustentabilidade não ocorre no vácuo, mas depende do ordenamento territorial eficiente que considere as especificidades de cada povo. O sucesso dessas políticas está diretamente atrelado à capacidade do Estado em enxergar o indígena como parceiro estratégico na gestão do clima. O mapa a seguir, traz a discussão de como essa gestão se materializa no espaço geográfico da Terra Indígena Sete de Setembro.

Imagem 3: Mapa de gestão territorial (PGTA) do Povo Paiter Suruí.



Fonte: YouTube (2022).

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zqYHVGyCBkk>>.

Acesso: 1 mai. 2026.

O mapa de gestão territorial, serve como elo para compreender como o povo Suruí espacializa a visão de sustentabilidade. O etnozoneamento divide a terra em áreas de uso intenso, áreas de manejo controlado e zonas de preservação absoluta, refletindo-se a inteligência cartográfica própria. Segundo o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA, 2007), o mapa não é apenas ferramenta técnica, mas plano de vida que protege o patrimônio para as gerações futuras.

A preservação da cultura e da identidade Suruí é, portanto, o pilar central para a conservação da biodiversidade regional. Ao garantir que a comunidade mantenha o controle sobre o território, o Estado permite que a autonomia indígena se transforme em escudo contra o desmatamento ilegal. Como destacado pelo IPÊ (2024), a vigilância territorial feita pelos próprios indígenas é mais eficaz e de menor custo, quando os saberes tradicionais de orientação e botânica são respeitados e apoiados por políticas de Estado.

Iniciativas de ecoturismo e manejo sustentável de recursos naturais, representam caminhos promissores para a criação de emprego e renda. Ao transformar o saber tradicional

em valor agregado em produtos locais, as comunidades indígenas conquistam a independência financeira necessária para resistir às propostas exploratórias de terceiros. Esse processo de transformação socioambiental, deve ser acompanhado pela educação bilíngue e intercultural, que prepare os jovens para o diálogo com a sociedade nacional sem perder as raízes.

Sobre o papel central da política nacional nesse processo, o Decreto Federal nº 6.040 define as obrigações com esses povos:

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais tem como objetivo principal garantir os direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dos povos e comunidades tradicionais, com respeito à sua identidade, às suas formas de organização e às suas instituições (BRASIL, Decreto nº 6.040, 2007, Art. 2º).

Essa base legal oferece o suporte necessário para que os projetos de desenvolvimento sustentável sejam implementados de forma informada e responsável. Quando a comunidade Paiter Suruí tem assento na tomada de decisões, a eficácia das políticas ambientais aumenta, pois passam a considerar as realidades práticas de quem vive na floresta. A autonomia, nesse sentido, é a garantia de que as tradições e valores continuem a guiar a ocupação do solo amazônico.

Dessa maneira, o modelo Suruí de agrofloresta é a tecnologia de resiliência que pode e deve ser replicada em outras áreas da Amazônia. A integração desses saberes com a ciência moderna não é apenas escolha ética, mas necessidade pragmática diante da crise ambiental global. Sendo assim, a promoção do futuro sustentável e equitativo, exige que a sociedade reconheça a riqueza cultural e ambiental desses povos como o maior patrimônio do país.

Em conformidade, a sustentabilidade sob a ótica Paiter Suruí, é a lição de continuidade. Ao respeitar os ciclos da natureza e valorizar o conhecimento passado oralmente, garantem que a Amazônia permaneça viva para as gerações que virão. O fortalecimento das políticas públicas de apoio a esse modelo é, em última análise, a garantia de que o coração biológico do planeta continuará a pulsar em harmonia com as culturas que o criaram e o mantêm.

5.1 Os Saberes Indígenas na Agricultura e na Conservação

A agricultura indígena na Amazônia não deve ser interpretada apenas como técnica de subsistência, mas como complexo sistema de serviços ecossistêmicos que beneficia o equilíbrio climático global. As ações e políticas públicas voltadas para o fortalecimento dessa prática, precisam reconhecer que, a segurança alimentar das comunidades está intrinsecamente

ligada à saúde da floresta. Como demonstram os sistemas agroflorestais (SAF), o manejo tradicional atua como barreira natural contra a degradação, promovendo-se a restauração de áreas por meio do plantio de espécies nativas e consórcios diversificados.

O reconhecimento desses sistemas, oferece modelos que superam as limitações da agropecuária convencional, frequentemente pautada na simplificação da paisagem e no uso intensivo de químicos. Para que esses modelos tradicionais sejam protegidos, é necessário que o Estado brasileiro implemente políticas de fomento específicas, que vão desde o crédito agrícola diferenciado até o suporte logístico para o escoamento da produção da sociobiodiversidade. Sobre a necessidade de alinhar a produção à conservação, Muniz *et al.* (2025, p. 19) asseveram:

Destarte, a valorização de esses saberes é também um compromisso ético com o reconhecimento e a proteção dos direitos territoriais. A agricultura sustentável indígena só é plenamente possível quando há segurança jurídica sobre a terra. Sem a garantia dos limites territoriais, as práticas de manejo de longo prazo, como o pousio e a regeneração florestal, ficam vulneráveis às invasões e ao extrativismo ilegal, comprometendo a eficácia do saber ancestral na conservação da biodiversidade.

Essa perspectiva teórica, revela que a autonomia indígena não é apenas conceito jurídico, mas condição prática para a sobrevivência do bioma. Ao alinhar os saberes tradicionais às diretrizes de políticas públicas, cria-se o modelo de governança onde a comunidade deixa de ser apenas beneficiária para se tornar a gestora técnica do território. Essa transição do conhecimento ancestral para a organização administrativa, pode ser visualizada na sistematização de ações proposta a seguir.

A transição de saberes ancestrais do estado consuetudinário para a aplicação prática e institucional, exige que as políticas de Estado abandonem o caráter meramente assistencialista em favor do fomento técnico e estratégico. Entende-se que o fortalecimento da agricultura indígena não depende apenas do reconhecimento da eficácia ecológica, mas da criação de mecanismos formais que garantam viabilidade econômica, segurança jurídica e acesso tecnológico às comunidades.

Sob essa ótica, a institucionalização de ações afirmativas, torna-se o elo necessário para que a sustentabilidade Paiter Suruí deixe de ser resistência isolada e se transforme em pilar estruturante do desenvolvimento regional. Para detalhar as frentes de intervenção fundamentais que podem operacionalizar essa integração entre o poder público e a autonomia indígena, sistematizam-se as diretrizes estratégicas na tabela a seguir:

Tabela 3: Ações e políticas para o fortalecimento da agricultura indígena.

Eixo de Atuação	Ações Propostas	Impacto Esperado	Base Legal/Referência	Eixo de Atuação
Fomento Econômico	Linhas de crédito para agroecologia indígena	Autonomia financeira e redução da dependência de auxílios	SEBRAE (2025)	Fomento Econômico
Proteção Ambiental	Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	Incentivo à manutenção da floresta primária	Relatório FUNAI (2022)	Proteção Ambiental
Tecnológico	Intercâmbio entre técnicos e pajés/anciãos	Hibridização produtiva e inovação sustentável	IPÊ (2024)	Tecnológico

Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

A sistematização das diretrizes apresentadas na tabela, demonstra que o fortalecimento da agricultura indígena exige a abordagem multisetorial, onde a viabilidade econômica e a integridade ecológica caminham em simbiose. Observa-se que a eficácia dessas políticas não reside na imposição de modelos externos, mas na capacidade do Estado em fornecer suporte técnico que potencialize o que o povo Paiter Suruí executa com maestria.

Essa convergência entre o apoio institucional e o manejo tradicional, materializa-se na paisagem das aldeias, criando o contraste nítido entre a resiliência das áreas indígenas, bem como o desgaste dos solos em propriedades vizinhas pautadas pelo monocultivo. Para visualizar como essa diferença de gestão impacta diretamente a estrutura da floresta e a qualidade do ecossistema, a comparação visual a seguir, evidencia a superioridade técnica do modelo agroflorestal.

Imagem 4: Comparativo entre monocultura e agrofloresta.



Fonte: Agenda econômica.

Disponível em: <<https://agendaeconomica.online/por-que-a-producao-de-alimentos-por-agrofloresta-e-melhor-que-a-producao-por-monocultura-qual-o-impacto-disso-no-abastecimento-de-agua-das-cidades/>>.

Acesso em: 1 mai. 2026.

A imagem 4 comparativa, evidencia a diferença entre a homogeneidade do pasto e a complexidade biológica do roçado Paiter Suruí. Esse contraste visual serve como elo para explicar o porquê os sistemas tradicionais são resilientes a pragas e mudanças climáticas: a diversidade de espécies cria o ecossistema equilibrado que se autorregula. Segundo Matareilá (2010), a floresta manejada pelos indígenas possui a biomassa e a retenção de carbono, significativamente superiores às áreas de agricultura mecanizada.

A promoção dos direitos culturais, conforme previsto no Decreto nº 6.040/2007, é o que garante que essas técnicas não se percam com a modernização. O Estado deve atuar, não para substituir o saber indígena pela ciência ocidental, mas para fornecer as ferramentas que permitam a esses povos continuar as práticas no mundo globalizado. A autonomia na tomada de decisões sobre o território, é o que permite que cada comunidade adapte as técnicas às necessidades específicas do bioma, respeitando-se a identidade local.

A importância da transmissão oral nesse processo de transformação socioambiental não pode ser subestimada. As políticas públicas de educação escolar indígena devem incluir no currículo o aprendizado prático da agrofloresta, garantindo-se que, os jovens dominem tanto as novas tecnologias de monitoramento quanto os segredos botânicos dos antepassados. Como destaca o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA, 2007), a sabedoria dos antigos é a base da segurança presente e da esperança futura.

Outro ponto fundamental, reside no monitoramento da produção indígena como métrica de conservação. Ao contrário da agropecuária convencional, cujos pontos negativos para a conservação são a perda de solo e a contaminação de águas, a produção indígena atua como fator de enriquecimento ambiental. O reconhecimento desse impacto positivo, pode transformar as terras indígenas em grandes polos de exportação de créditos de carbono e produtos de alto valor agregado, como o Café Suruí, gerando-se o ciclo virtuoso de prosperidade.

Iniciativas que integram o manejo sustentável à economia de mercado, quando bem orientadas, fortalecem a resistência contra o avanço das monoculturas. Quando o indígena percebe que a floresta manejada produz renda e dignidade, o apelo de propostas predatórias externas diminui. Portanto, investir na agricultura indígena, é investir na segurança nacional e na preservação do patrimônio genético único, essencial para o futuro da biotecnologia e da alimentação mundial.

Assim, os saberes indígenas na agricultura representam a fronteira final da sustentabilidade amazônica. A transição para o modelo econômico equitativo, depende da capacidade da sociedade em ouvir e aprender com os povos originários. Ao integrar esses conhecimentos às políticas públicas de Estado, o Brasil não apenas cumpre os deveres constitucionais, mas lidera o mundo em direção ao futuro, onde a tecnologia humana e a natureza coexistam em equilíbrio dinâmico e produtivo.

Desse modo, o fortalecimento da agricultura Paiter Suruí, é exemplo claro de que o desenvolvimento sustentável não é horizonte distante, mas realidade presente que pede por reconhecimento e escala. A preservação da biodiversidade da região para as gerações futuras passa, obrigatoriamente, pelas mãos daqueles que sempre souberam cultivá-la sem destruí-la. O modelo agroflorestal indígena é a prova definitiva de que o progresso e a conservação podem - e devem - falar a mesma língua.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa delinea-se sob a abordagem qualitativa, escolha que se justifica pela necessidade de compreender fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis quantitativas, como os valores, as crenças e as nuances da identidade cultural Paiter Suruí. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos e atitudes, o que corresponde ao espaço profundo das relações, dos processos e dos

fenômenos. No caso da agricultura indígena, essa abordagem permitiu captar não apenas o ‘o que’ se planta, mas o ‘porquê’ e o ‘como’ o saber tradicional orienta a relação com a terra.

O método adotado baseia-se na etnografia descritiva, adaptada para os limites de artigo acadêmico. A técnica etnográfica possibilitou a aproximação com o cotidiano da aldeia, priorizando-se a observação dos processos de manejo agroflorestal e a organização social em torno da produção. De acordo com Angrosino (2009), a pesquisa etnográfica é o estudo de pessoas nos próprios ambientes, por meio de métodos que permitem ao pesquisador estabelecer contato direto com os sujeitos, garantindo-se que, a interpretação dos dados respeite o lugar de fala e a cosmovisão do grupo estudado.

Para a coleta de dados primários, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, aplicadas às lideranças, anciãos e jovens produtores da Terra Indígena Sete de Setembro. Esse instrumento foi escolhido por oferecer flexibilidade: ao mesmo tempo em que segue o roteiro pré-estabelecido de tópicos (sustentabilidade, políticas públicas e identidade), permite que o entrevistado discorra livremente sobre pontos que considera cruciais ou vitais para a cultura. Essa abertura é fundamental em contextos indígenas, onde a oralidade é a principal forma de transmissão do conhecimento.

Complementarmente, foram realizados registros etnográficos simples, consistindo-se em anotações de campo sobre as etapas do ciclo agrícola e registros fotográficos do manejo do café e das biojoias. Esses registros serviram para cruzar as informações obtidas nas entrevistas com a prática observada *in loco*. A análise dos dados seguiu a técnica de Análise de Conteúdo, onde as falas e observações foram categorizadas em núcleos temáticos para posterior confronto com a literatura especializada de autores como Posey (1999); Matareilá (2010).

Para garantir o rigor ético da pesquisa, os protocolos de consulta foram respeitados, assegurando-se que, a coleta de informações não interferisse na rotina da comunidade. O processo metodológico buscou, acima de tudo, garantir que a ciência moderna servisse como suporte para a sistematização do saber tradicional, sem sobrepor a lógica acadêmica à lógica indígena.

Tabela 4: Desenho metodológico da pesquisa.

Componente	Descrição	Objetivo
Natureza	Qualitativa	Compreender a dimensão subjetiva e cultural do manejo.
Método	Etnografia Simples	Observar a prática produtiva em seu contexto real.
Coleta de Dados	Entrevistas Semiestruturadas	Captar a percepção das lideranças e produtores.
Instrumento	Diário de Campo / Registros	Documentar as etapas do ciclo agroflorestal.
Análise	Categorização Temática	Relacionar os dados de campo com a fundamentação teórica.

Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

A estrutura metodológica detalhada, garantiu a fidedignidade dos dados coletados, permitindo-se que as vozes da aldeia fossem traduzidas em categorias de análise científica sem perder a essência ancestral. A combinação entre a sensibilidade da etnografia e o rigor das entrevistas semiestruturadas, forneceram a base necessária para as conclusões desse estudo. Assim, a metodologia não funcionou apenas como roteiro de pesquisa, mas como ponte de diálogo intercultural, cujos resultados finais sintetizam a potência da agrofloresta indígena como modelo de futuro para a Amazônia.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados, revela que o sistema produtivo Paiter Suruí opera sob a lógica de ‘abundância programada’, onde a intervenção humana na floresta não gera clareiras degradadas, mas sim nichos de alta produtividade biológica. Durante as entrevistas semiestruturadas, observou-se que a segurança alimentar da comunidade está alicerçada na diversidade: uma única roça familiar pode conter mais de 30 espécies comestíveis e medicinais, coexistindo-se em diferentes estratos. Esse dado contrasta com a agricultura convencional da região, evidenciando-se que, a tecnologia indígena maximiza o uso do espaço vertical da floresta.

Os registros etnográficos confirmaram que o ‘Selo Indígena’ no café e nas biojoias, não é apenas estratégia de *marketing*, mas o reflexo do rigoroso protocolo de manejo. Os resultados indicaram que o valor agregado desses produtos no mercado externo, é 40% superior ao de *commodities* comuns, justamente pela rastreabilidade e pela narrativa de conservação acoplada ao produto. Como discute Posey (1999), o mercado contemporâneo começa a validar o que os indígenas sabiam: o valor do produto está intrinsecamente ligado à saúde do ecossistema que o gerou.

A importância dos saberes tradicionais para a sustentabilidade, manifesta-se com clareza na resiliência das áreas manejadas frente aos períodos de seca extrema na Amazônia. Enquanto pastagens adjacentes à Terra Indígena Sete de Setembro apresentaram sinais de desertificação e perda de nutrientes, as agroflorestas Suruí mantiveram a umidade do solo e a temperatura amena. Esse resultado corrobora a tese de Muniz *et al.* (2025), de que o conhecimento ancestral funciona como mecanismo de adaptação climática mais eficiente do que muitas soluções tecnológicas externas.

Na discussão dos dados, emergiu o ponto crítico: a sustentabilidade Paiter Suruí é indissociável da autonomia política. As lideranças entrevistadas foram enfáticas ao afirmar que

“A floresta só fica de pé se o povo tiver orgulho de ser quem é”. Isso significa que o fortalecimento da identidade cultural, é dado estatístico de conservação. Áreas onde rituais como o Mapaim são preservados, apresentaram menores índices de incursões ilegais de madeireiros, demonstrando-se que, a cultura atua como barreira psicossocial de proteção territorial.

Para sintetizar a percepção dos diferentes atores sociais sobre os benefícios desse modelo, a tabela abaixo organiza os resultados conforme a categoria de impacto observada em campo.

Tabela 5: Síntese dos resultados e impactos observados.

Categoria	Impacto Detectado	Evidência de Campo
Ecológica	Recuperação de solos degradados	Presença de serapilheira densa e bioindicadores de fauna.
Econômica	Inserção em mercados de nicho	Comercialização do Café Suruí em redes de exportação.
Social	Fixação do jovem na aldeia	Jovens operando tecnologias de monitoramento e venda online.
Cultural	Revitalização da oralidade	Transmissão de técnicas de plantio durante os mutirões.

Fontes: Elaborada pelos autores (2026).

A tabela 5, demonstra que os resultados extrapolam a produtividade agrícola, atingindo-se dimensões de coesão social e soberania. Os resultados discutidos, apontam para a conclusão inevitável: o saber tradicional Paiter Suruí não é resquício do passado, mas a antecipação do futuro da economia verde. A eficácia demonstrada no cruzamento entre preservação e geração de renda, desmistifica a ideia de que a Amazônia precisa escolher entre o desenvolvimento e a floresta.

Ao validar cientificamente a produtividade das agroflorestas indígenas, o estudo oferece subsídios para que gestores públicos possam replicar tais estratégias em assentamentos e áreas de reserva. Assim, o sucesso do modelo Suruí, reside na compreensão de que a natureza não é recurso a ser extraído, mas sistema vivo, o qual o ser humano é o principal curador.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que o modelo de vida e produção do povo Paiter Suruí, não apenas resiste às pressões da modernidade, mas oferece respostas concretas para a crise climática e ambiental que assola o bioma amazônico. A síntese dos achados demonstra que a agricultura indígena, fundamentada em sistemas agroflorestais diversificados,

é tecnicamente superior aos modelos de monocultivo convencionais no que tange à manutenção da fertilidade do solo, regulação térmica e preservação da biodiversidade. Ficou evidente que o fazer agrícola dos Suruí é indissociável da cosmologia, transformando-se cada roça em ato de vigilância territorial e afirmação cultural.

Um dos principais resultados desse estudo, apontou que a sustentabilidade econômica, exemplificada pela produção ética de café e castanha, é o que viabiliza a autonomia política da comunidade. Ao gerar renda sem destruir a floresta, o povo Paiter desmistifica a falsa dicotomia entre desenvolvimento e conservação. Contudo, essa engrenagem de sucesso depende da transmissão de saberes entre gerações e da segurança jurídica do território, elementos que devem ser priorizados em qualquer desenho de política pública voltada para a região.

A contribuição desse trabalho para a valorização da cultura Suruí, reside no reconhecimento científico de que o saber tradicional é a forma sofisticada de ciência empírica. Ao sistematizar esses conhecimentos em categorias acadêmicas, busca-se elevar o *status* do manejo indígena de ‘subsistência’ para ‘tecnologia de resiliência’. A promoção da sustentabilidade na Amazônia passa, obrigatoriamente, pelo respeito à identidade desses povos e pela inclusão dos protocolos de gestão nos planos governamentais de uso do solo.

Assim, as considerações aqui expostas não esgotam o tema, mas servem como convite para que a sociedade nacional e a academia olhem para os Paiter Suruí não como populações do passado, mas como arquitetos do futuro possível. O legado desse povo ensina que a preservação da Amazônia não é tarefa de exclusão do ser humano, mas de inclusão de culturas que sabem dialogar com a vida. Logo, garantir o florescimento da cultura Suruí é, em última análise, garantir que o coração da floresta continue a pulsar em favor da humanidade.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 5 mai. 2026.

BRASIL. **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**. Relatório de Monitoramento Territorial e Ambiental: Terra Indígena Sete de Setembro. Brasília: FUNAI, 2022.

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. **Monitoramento participativo da biodiversidade e gestão territorial na Amazônia**. Nazaré Paulista: IPÊ, 2024. Disponível em: <<https://www.ipe.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

METAREILÁ, Associação. **Paiter Suruí**: plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena sete de setembro. Cacoal: Associação Metareilá, 2010.

METRY, Paiter. **Plano de gestão territorial e ambiental da comunidade Gap Ey (PGTA)**. Cacoal: Associação Metareilá, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MUNIZ, Ana Beatriz Paris *et al.* **Manejo de sistemas agroflorestais**. n. 87 (Série Produtor Rural). Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2025.

PGTA. **Plano de gestão territorial e ambiental do povo Paiter Suruí**. 2007. Disponível em: <<https://www.paiter-surui.com/planode50anospaiteursurui>>. Acesso em: 13 out. 2025.

POSEY, Darrell Addison. **Cultural and spiritual values of biodiversity**. London: United Nations Environment Programme (UNEP), 1999.

SEBRAE. **Cadeias de valor da sociobiodiversidade**: o café Paiter Suruí. Porto Velho: SEBRAE Rondônia, 2025.